

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA PAIS EDU CAMPO: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CONTEXTUALIZADA NO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO DE CARNAÍBA

Cledson Oliveira dos Santos ¹

Resumo

O presente estudo analisa a implementação do Programa PAIS EDU CAMPO, desenvolvido no Colégio Estadual do Campo de Carnaíba (Pindobaçu–BA), como experiência formativa de Educação Ambiental Contextualizada no Semiárido baiano. Fundamentada numa abordagem qualitativa, participativa e inspirada na pesquisa-ação, a investigação envolveu professores, estudantes, gestores e famílias na construção coletiva do conhecimento, reconhecendo o território como princípio educativo e espaço de emancipação. Por meio de observações, entrevistas e análise documental, buscou-se compreender como o programa articula educação, sustentabilidade e saberes territoriais.

Os resultados indicam que o PAIS EDU CAMPO promoveu uma reconfiguração do espaço escolar em território vivo de aprendizagem, aproximando teoria e prática e integrando o conhecimento científico aos saberes tradicionais. As práticas agroecológicas — hortas pedagógicas, compostagem, irrigação por gotejamento e controle biológico — fortaleceram a consciência ecológica, a segurança alimentar e o sentimento de pertencimento. Socialmente, o programa reaproximou a escola da comunidade, instaurando uma pedagogia da solidariedade, expressa em mutirões, feiras agroecológicas e ações coletivas de cuidado.

A experiência evidencia que a Educação Ambiental, quando contextualizada, transcende o caráter instrumental e se torna ato político e emancipador (AIRES, 2017; EFFTING, 2007). A Agroecologia, enquanto ciência e movimento social (ALTIERI, 2012), consolidou-se como eixo articulador, permitindo à escola resistir às lógicas homogeneizadoras e afirmar o direito de aprender a partir da terra.

Conclui-se que o PAIS EDU CAMPO constitui uma pedagogia do enraizamento, na qual o aprender se entrelaça ao viver e o território se torna livro e horizonte. Assim, o programa reafirma a Educação do Campo como projeto ético-político de convivência digna com o Semiárido, fundamentado na autonomia, solidariedade e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Ambiental. Agroecologia. Sustentabilidade. Semiárido.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação do Campo no Brasil vem se consolidando como um projeto político-pedagógico que desafia a lógica urbana e homogeneizadora da escola tradicional. Inspirada nas lutas dos movimentos sociais e nas experiências de resistência

¹ Especialista em Educação do Campo. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, cledsonoliveirasantos@gmail.



No Semiárido baiano, esse movimento encontra terreno fértil para florescer. Entre os babaçuais e as atividades de exploração mineral — como a extração de esmeraldas e mármore exótico — emergem iniciativas como o movimento das quebradeiras de coco babaçu, que se consolida no município de Pindobaçu (BA) como um projeto identitário e de resistência. Essas comunidades reinventam o sentido de convivência com o clima árido, cultivando práticas agroecológicas, solidariedade e um profundo sentimento de pertencimento.

Mais do que uma ação pedagógica, o programa se tornou um gesto político e comunitário: um modo de afirmar que a escola pode – e deve – dialogar com a vida que pulsa ao seu redor. Ao integrar a Educação Ambiental à Educação do Campo, o PAIS EDU CAMPO propõe uma prática educativa que questiona o modelo de desenvolvimento hegemônico e valoriza a autonomia das comunidades rurais (SILVA; REIS, 2024).

Ao adotar a Agroecologia como eixo central, o programa cria pontes entre o saber popular e o científico, entre a prática cotidiana e o aprendizado escolar. Altieri (2012) nos lembra que a agroecologia é mais do que um método agrícola: é uma ciência da sustentabilidade e um movimento social que defende a vida e a justiça ambiental. Assim, o PAIS EDU CAMPO transforma o espaço escolar em território educativo, onde o plantio e a colheita se tornam metáforas de formação humana e cidadã.

O presente estudo busca compreender de que maneira a implementação do programa, no contexto do Colégio Estadual do Campo de Carnaíba, tem contribuído para fortalecer uma educação ambiental contextualizada, capaz de unir escola, comunidade e



território em torno de um mesmo horizonte: o da sustentabilidade com dignidade e pertencimento.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida sob uma abordagem qualitativa, participativa e de inspiração emancipatória, tecida no entrelaçar da escuta sensível com o compromisso político diante do território. Nesse sentido, buscou-se compreender o fenômeno educativo a partir do chão da experiência, onde a vida, o trabalho e o saber se entrecruzam como fios de uma mesma trama. Como propõe Minayo (2016), compreender o real é ir além da descrição: é interpretar os sentidos e significados que brotam das práticas sociais, reconhecendo que cada gesto, palavra ou silêncio expressa uma forma de leitura do mundo. Desse modo, a investigação foi conduzida como um exercício ético de diálogo com os sujeitos da Educação do Campo, reconhecendo-os não como objetos de estudo, mas como semeadores e colhedores de conhecimento, cujas vozes e práticas enraízam a própria noção de território.

Inspirada na pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011), a metodologia adotada configurou-se como um caminhar coletivo, em que professores, estudantes, gestores e famílias foram convidados a percorrer juntos o percurso investigativo, desde a formulação das perguntas até a análise dos resultados. Essa opção metodológica reafirma a ideia de que conhecer é também transformar, e que toda produção de saber implica um gesto de responsabilidade ética e política (FREIRE, 2019). Assim, a metodologia assumiu o caráter de processo compartilhado, no qual cada voz contribuiu para o desenho plural da experiência vivida. Essa postura não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas expressa uma concepção de ciência comprometida com a emancipação humana, fundada na dialogicidade e na coautoria do conhecimento. Fazer ciência *com* — e não *sobre* — os sujeitos do campo significa reconhecer que o saber emerge da prática social, e que cada experiência educativa é também um ato político de resistência frente às lógicas de silenciamento e subalternização (ARROYO, 2014; CALDART, 2012).

No decorrer da pesquisa, os dados foram produzidos por meio de observações participantes, entrevistas semiestruturadas e análises documentais de relatórios e registros do programa PAIS EDU CAMPO, entendidos aqui como vestígios materiais de uma experiência viva e situada. A partir dessas práticas, foi possível acompanhar o cotidiano escolar, desde o preparo da terra até o florescer das feiras agroecológicas, captando gestos, narrativas e aprendizagens que, muitas vezes, escapam às métricas formais, mas revelam a alma do processo educativo. As entrevistas, por sua vez, possibilitaram ouvir



Em continuidade a esse movimento, a análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), articulando-se em torno de três grandes eixos interpretativos: a Educação do Campo como projeto de emancipação (CALDART, 2012; ARROYO, 2014); a Educação Ambiental Contextualizada como prática crítica e interdisciplinar (AIRES, 2017; EFFTING, 2007); e a Agroecologia como matriz de resistência, sustentabilidade e reencantamento com a terra (ALTIERI, 2012; POMPEIA, 2021). Essa articulação entre eixos permitiu compreender que a escola do campo é também território de disputas simbólicas, no qual se confrontam projetos antagônicos de sociedade: de um lado, a lógica produtivista e mercantilizante do agronegócio; de outro, a perspectiva da convivência, da solidariedade e da produção de vida.

Por fim, a pesquisa foi permeada pelo princípio da devolutiva social, entendendo que todo conhecimento só cumpre seu papel quando retorna ao território que o faz germinar. Os resultados foram, portanto, socializados em encontros escolares, feiras agroecológicas e rodas de conversa, momentos em que o saber se reconheceu como bem comum e se devolveu à comunidade em forma de diálogo. Nesse entrelaçar de vozes, memórias e práticas, a metodologia transbordou os limites do método, tornando-se também pedagogia — um ato de partilha, pertencimento e (re)encantamento com o saber que nasce da terra e volta a ela, nutrindo a esperança e a dignidade dos sujeitos do campo.

O referencial teórico desta pesquisa ancora-se na compreensão da Educação do Campo como um projeto político e epistemológico em permanente construção, forjado nas lutas sociais e nas experiências de resistência dos povos do campo. Conforme Caldart (2012), trata-se de uma proposta que não se restringe à escolarização, mas que expressa uma concepção ampliada de educação como prática social e cultural, orientada pela autonomia, pela solidariedade e pela transformação das condições de vida. A Educação do Campo, assim, rompe com a tradição urbano-centrada e com o paradigma de uma escola descolada da realidade, afirmando-se como um movimento que busca a valorização do território e dos sujeitos que o habitam.

Neste contexto, Arroyo (2014) reforça essa dimensão política ao destacar que a Educação do Campo nasce do protagonismo dos sujeitos coletivos — agricultores,



Nessa perspectiva, a Educação do Campo articula-se ao conceito de território como categoria de análise e práxis educativa. Carvalho (2011) argumenta que o território não é apenas o espaço geográfico onde se desenrolam as práticas sociais, mas um campo de sentidos simbólicos, culturais e políticos que configuram a identidade coletiva. O pertencimento territorial, segundo a autora, é elemento fundante da educação contextualizada, pois permite que o currículo dialogue com a vida, as tradições e os modos de existir das comunidades. Desse modo, a escola situada no Semiárido não deve adaptar o conhecimento a uma realidade tida como “difícil”, mas reconhecer e potencializar as práticas de convivência e de solidariedade que se reinventam cotidianamente diante das adversidades climáticas e econômicas.

No âmbito dessa reflexão, a Educação Ambiental Contextualizada surge como uma dimensão indissociável da Educação do Campo. Aires (2017) concebe a educação ambiental como prática crítica e interdisciplinar, voltada à compreensão das relações entre sociedade, natureza e cultura, e à denúncia das desigualdades ambientais que afetam de forma mais intensa as populações do campo. Effting (2007) reforça essa ideia ao afirmar que a educação ambiental não pode ser instrumento de adaptação à degradação, mas deve atuar como mediação emancipatória, capaz de promover consciência ecológica e ação transformadora. Assim, o desafio é integrar a sustentabilidade às práticas



Os resultados da pesquisa revelam que o Programa PAIS EDU CAMPO promoveu uma profunda metamorfose no cotidiano do Colégio Estadual do Campo de Carnaíba,



transformando o espaço escolar em território vivo de aprendizagem, cultivo e resistência. Onde antes havia um terreno árido, hoje florescem hortas, galinheiros e viveiros pedagógicos — não apenas como estruturas físicas, mas como expressões de um currículo que germina no chão da realidade.

Do ponto de vista pedagógico, a experiência rompeu as fronteiras entre teoria e prática, aproximando o conhecimento escolar da vida cotidiana dos estudantes. As aulas, antes restritas à sala, ganharam o ritmo das estações e o cheiro da terra molhada, dialogando com o ciclo das plantações, o manejo do solo e a história das famílias agricultoras. Nesse processo, os estudantes deixaram de ser receptores para se tornarem autores de suas aprendizagens, assumindo papéis de pesquisadores, cuidadores e multiplicadores de práticas sustentáveis.

Socialmente, o programa reativou os laços entre escola e comunidade, instaurando um sentimento renovado de pertencimento. As famílias passaram a frequentar o espaço escolar não apenas como responsáveis pelos alunos, mas como parceiras do processo educativo. As feiras agroecológicas e os mutirões de plantio tornaram-se rituais de comunhão e saberes, onde o conhecimento circula em forma de experiência compartilhada.

No campo ambiental, os resultados são igualmente expressivos: o uso da compostagem reduziu o lixo orgânico, o sistema de irrigação por gotejamento otimizou a água, e as práticas de controle biológico substituíram o uso de agrotóxicos. Essas ações, além de fortalecerem a segurança alimentar, despertaram uma consciência ecológica que ultrapassa os muros da escola.

Todavia, o estudo também revelou desafios: a escassez de recursos financeiros, a falta de formação continuada em agroecologia e as limitações estruturais ainda impõem obstáculos à continuidade do programa. Mesmo assim, os sujeitos reinventam caminhos — provando que a resistência também é um modo de aprender.

Em síntese, os resultados indicam que o PAIS EDU CAMPO consolidou-se como uma pedagogia do enraizamento, na qual o aprender se confunde com o viver, e o território se torna livro, sala e horizonte.

CONCLUSÕES

A experiência do PAIS EDU CAMPO no Colégio Estadual do Campo de Carnaíba reafirma que a escola, quando enraizada no território, torna-se sementeira de dignidade e esperança. Mais do que um projeto pedagógico, o programa se revelou um gesto político



Ao integrar Educação do Campo, Educação Ambiental e Agroecologia, a iniciativa materializa o princípio da contextualização como práxis libertadora, na qual o conhecimento científico dialoga com os saberes tradicionais, sem hierarquias nem fronteiras. Nesse encontro de mundos, a escola reaprende a ser comunidade.

Entretanto, a consolidação dessa proposta requer políticas públicas permanentes, capazes de garantir infraestrutura, formação continuada e reconhecimento institucional. Sem essas condições, os brotos pedagógicos correm o risco de murchar sob o sol da precarização.

Por fim, conclui-se que a Educação Ambiental Contextualizada, enraizada na Educação do Campo, é uma das formas mais potentes de (re) encantar o ato de aprender. No Colégio de Carnaíba, ela floresce como símbolo de uma pedagogia que não ensina apenas a sobreviver no Semiárido, mas a viver bem com ele — cultivando justiça, solidariedade e pertença.

AIRES, C. M. Educação ambiental contextualizada: práticas e reflexões no Semiárido brasileiro. Fortaleza: **UFC**, 2017.

ARROYO, M. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. Petrópolis: **Vozes**, 2014.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra e Princípios da Educação do Campo*. São Paulo: **Expressão Popular**, 2012.



CARVALHO, Luzineide Dourado. Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a resignificação da territorialidade sertaneja pela convivência. In: **Revista de Geografia (UFPE)** V. 28, No. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228949> Acesso em: 15 out. 2025.

EFFTING, T. R. Educação ambiental e emancipação social: desafios da prática escolar. Curitiba: **UFPR**, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 67. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2019

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva: críticas ao economicismo na educação. São Paulo: **Cortez**, 2012.

MARTINS, Josemar da Silva. Anotações em torno do conceito de Educação para a Convivência com o Semi-Árido. In: Educação para a Convivência com o Semi-Árido Árido: Reflexões Teórico-Práticas. Juazeiro/BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semi-Árido, **Selo Editorial-RESAB**, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/37699805/ANOTA%C3%87%C3%95ES_EM_TORNO_D_O_CONCEITO_DE_EDUCA%C3%87%C3%83O_PARA_A_CONVIV%C3%84NCIA_A_COM_O_SEMI-%C3%81RIDO_1 Acesso em: 15 out. 2025.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: **Hucitec**, 2016.

POMPEIA, C. Formação e território: agroecologia e resistência no campo brasileiro. Rio de Janeiro: **FASE**, 2021.

REIS, Edmerson dos Santos. CARVALHO, Edilane Carvalho Teles (Orgs.). Contextualizar a Educação, dar sentido aos saberes. Curitiba: **Editores CRV**, 2019

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: **Cortez**, 2011.

